

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO: UM ESTUDO EM UMA MICRO EMPRESA VAREJISTA

Nabor Francisco de Medeiros Junior¹

Augusto Cesar Rebouças de Brito²

RESUMO

Este trabalho conceitua as micro e pequenas empresas, apresenta suas características e mostra a contabilidade, principalmente a gerencial, como instrumento maior da administração para auxiliar o empresário na sua tomada de decisões. O trabalho apresenta, ainda, modelos simplificados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, através dos quais torna-se de grande utilidade na administração dessas empresas. Por fim analisa uma micro empresa varejista, apresentando a importância da contabilidade para mesma, e mostrando que, ao se utilizar a contabilidade, ainda que apenas a contabilidade gerencial, que é a base de uma administração segura; os casos de sucesso e de "sobrevivência" empresarial apresentam melhor desempenho.

Palavras-Chave: Contabilidade Gerencial. Ferramentas Contábeis. Gestão.

THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING AS MANAGEMENT TOOL: A STUDY ON A MICRO ENTERPRISE RETAILER

ABSTRACT

This work conceptualizes the micro and small enterprises, presents its characteristics and shows the accounting, mainly managerial, as the largest instrument of the administration to assist the entrepreneur in his decision-making. The work also presents simplified models of the Balance Sheet and the Income Statement, through which becomes large utility in the management of these companies. Finally analyzes a micro retailer, showing the importance of accounting for it, and showing that the accounting be used although only managerial accounting, which is the basis for safe administration; success stories and "survival" business perform better.

Keywords: Management Accounting. Financial tools. Management.

¹ Analista Econômico-financeiro da COSERN. Discente do Curso de MBA em Administração Financeira do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: nabor.nj@gmail.com

² Professor Orientador. Especialista em Perícia e Auditoria Contábil. Mestre em Engenharia Docente do Curso de MBA em Administração Financeira do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: augustocrb@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade como instrumento de gestão, é uma ferramenta indispensável. De longa data, contadores, administradores e responsáveis pela gestão de empresas se convenceram que a amplitude das informações contábeis vão além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e legais.

Para Gouveia (1993, p.1) a contabilidade facilita as ações fornecendo as coordenadas de acordo com o desempenho medido, entretanto, ainda encontramos empresários que olha a contabilidade apenas como burocracia, não vendo nela nenhum benefício.

É a contabilidade gerencial responsável por fornecer os instrumentos que contém as informações sobre a situação econômica e financeira das entidades, além de auxiliar os administradores nos processos de tomada de decisão.

Tendo em vista a importância das micro e pequenas empresas para a economia nacional, e o alto índice de mortalidade desses negócios, conforme dados do SEBRAE (2010), devido a motivos de ingerências administrativas e financeira, que na maioria das vezes, poderiam ser evitadas se os gestores fizerem uso da contabilidade como instrumento de apoio à tomada de decisão.

O presente artigo tem por objetivo apresentar a importância das informações contábeis como ferramenta de gerenciamento para as micro e pequenas empresas do ramo do varejo. Apresenta quais as ferramentas contábeis que mais se adequam ao perfil das empresas de pequeno porte, identifica de que forma se faz uso da contabilidade no auxílio da atividade, demonstra por meio de algumas ferramentas contábeis como podem ser utilizadas em apoio nas atividades administrativas e em tomadas de decisão.

O uso da Contabilidade como instrumento de apoio as empresas, por meio principalmente da análise das diversas demonstrações contábeis e suas funções, auxilia os gestores e proprietários, que as vezes são a mesma pessoa, a tomarem decisões que poderão ter grandes influências no futuro da empresa, prestando informações precisas dos fatores econômicos, financeiros e patrimoniais, oferecendo assim, uma maior segurança aos objetivos traçados para a entidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Para definição e caracterização de um empresa, é preciso levar em consideração alguns fatores. Segundo Cher (2002, p.22) "para se conceituar as pequenas e medias empresas, algumas variáveis são tradicionalmente utilizadas, tais como mão-de-obra empregada, capital registrado, faturamento, quantidade produzida e etc.".

Existe uma variação destas definições de acordo com o objetivo de estudo, não sendo possível a adoção de critério único, tornando mais difícil o dimensionamento dos segmentos no que tange a participação econômica. Santana (2011, p.33) aborda que a variedade de parâmetros para enquadramento das empresas nas variadas esferas governamentais pode permitir na prática que uma organização seja enquadrada como microempresa para fins de Imposto de Renda (IR), e não atenda os requisitos de isenção do Imposto Sobre o Serviço Prestado (ISS) ou do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

O SEBRAE (2010) apresenta uma caracterização com base no número de empregados e no faturamento para micro e pequenas empresas

Quadro 1 - Classificação de MPEs segundo o número de empregados

PORTE	NÚMERO DE EMPREGADOS	
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/SERVICOS
MICROEMPRESA	ATE 19	ATE 9
EMPRESA PEQUENO PORTE	DE 20 A 99	DE 10 A 49

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

O Quadro 1 apresenta a classificação das micro e pequenas empresas de acordo com o número de empregados, onde são consideradas microempresas as empresas industriais que tem até 19 (dezenove) empregados e as empresas comerciais e de serviços que possui até 9 (nove) empregados; e Empresas de Pequeno Porte as industriais que possui um número de 20 (vinte e dois) a 99

(noventa e nove) empregados e as empresas do comercio e de serviços que possuam de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) funcionários.

Quadro 2 – Classificação de MPEs segundo o faturamento bruto anual

PORTE	FATURAMENTO
MICROEMPRESA	ATE R\$ 360 mil
EMPRESA PEQUENO PORTE	ACIMA DE R\$360 mil ATÉ 3,6 milhões

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

O Quadro 2 apresenta a classificação das micro e pequenas empresas de acordo com o faturamento bruto anual, onde são consideradas microempresas as empresas que possuem faturamento bruto anual de ate R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta mil reais); e Empresas de Pequeno Porte as que tem faturamento anual acima de R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta mil reais) ate R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e Seiscentos mil reais).

O Simples Nacional, programa que estabelece as normas gerais e relativas as Micro empresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, também considera como critério de enquadramento para as ME e EPP a receita ou faturamento bruto, considerando este como o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria e preços de serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Alem dessas classificações, ainda existem outras baseadas em critérios, como os especificados por Longenecker (2006, p. 22), onde os legisladores podem excluir as pequenas empresas de certas regulamentações definidas em lei, ou ainda, uma empresa pode ser descrita como "pequena" quando comparada com as empresas maiores, e "grande" quando comparada a empresas menores

Esses parâmetros que definem o porte das empresas, são elementos importantes para os micro e pequenos estabelecimentos, já que possibilitam que as firmas enquadradas em tais portes, possam usufruir dos incentivos previstos na legislação específica, que traz tratamento diferenciado para tais empresas no que diz respeito a fatores como tributação e facilidade na obtenção de credito, entre outros.

De acordo com os dados do O GLOBO (2014) o numero de micro e pequenas empresas mais que dobrou entre 2007 e novembro de 2014, chegando a 12.470.015, o equivalente a 84,9% da 15.479.747 companhias registradas em todo o país. Os dados fazem parte do Empresometro MPE, plataforma desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Desta forma, pode-se observar a grande importancia das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda se tornando uma das sustentações da economia e mecanismo de mobilidade social.

2.2 A CONTABILIDADE GERENCIAL

Os dados contábeis são matérias-primas de informações, que devem ser tratados, para que gerem informações uteis e representem um instrumento gerencial para o processo decisório de forma a alcançar uma vantagem competitiva sustentável. As informações geradas pela Contabilidade Gerencial podem auxiliar os gestores a melhorar a qualidade das operações, reduzir custos operacionais e aumentar a adequação das operações as necessidades dos clientes.

Por dispor de um processo de identificação, mensuração, analise e interpretação dos dados para transforma-los em informações, cria valor dentro da empresa que serão utilizadas no planejamento, controle e tomada de decisão pela administração da entidade.

Conforme Crepalde (2012, p. 6): “Contabilidade Gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais”.

Crepalde (2012, p. 8) ainda enfatiza que a Contabilidade Gerencial é voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle de insumos efetuados por um sistema de informação gerencial. Nesse momento, nos reforça a ideia de sistema, ou seja, que a empresa necessita estar integrada em todos os seus departamentos e funções dentro de um sistema que possibilite fluir as informações as informações vindas da Contabilidade e também permitir que as informações de suas operações cheguem ate a contabilidade de forma rápida e precisa.

Assim faz-se necessário haver um gerenciamento eficiente e eficaz das informações dentro das empresas, ou seja, estabelecer procedimentos de maneira

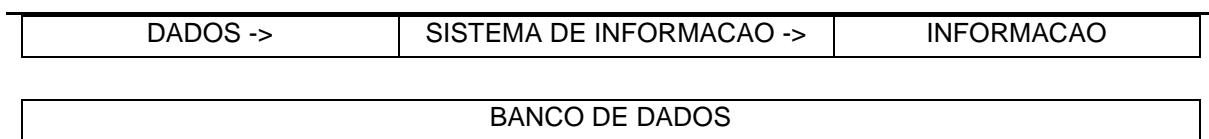
estruturada, de forma a auxiliar os gestores e capacita-los no processo de gestão da organização. O mecanismo encontrado para fornecer este suporte gerencial é o sistema de informação.

2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

As informações precisam ser ajustadas para se adequarem a complexidade do ambiente interno das empresas, e desse modo serem úteis nos processos de tomada de decisão. Para atender a esta situação, os gestores necessitam de sistemas de informações eficientes e eficazes que processem grande volume de dados gerados, transformando-os em informações validas e relevantes para o processo decisório.

Schmidt (2002 apud PASSOS, 2010, p. 6), conceitua sistema de informação da seguinte forma: "Um sistema de informação define-se como um conjunto de procedimentos estruturados, planejados e organizados que, uma vez executados, produzem informações para suporte ao processo de tomada de decisão".

Figura 1 – Modelo de Sistema de Informação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Na figura 1 pode-se identificar os dados como entradas, que são processados pelo sistema de informação, que atualiza constantemente o banco de dados, transformando-os em informação, que é a saída, o resultado da análise dos dados.

Conforme já comentado, a Contabilidade Gerencial utiliza um sistema de informação gerencial para melhor subsidiar só gestores das empresas no momento de tomada de decisão. E colocar a organização em patamares de competitividade sem a utilização de um sistema de informação, como recurso estratégico para esta finalidade, torna-se mais difícil garantir a capacidade competitiva do empreendimento.

2.4 FERRAMENTAS CONTÁBEIS

De acordo com Passos (2010, p. 10), Algumas das principais ferramentas contábeis gerenciais utilizadas pelas empresas são:

- Orçamento;
- Fluxo de caixa;
- Técnicas de análise de investimento;
- Análise das demonstrações contábeis;
- Planejamento Tributário;
- Gestão de estoques;
- Controle de contas a pagar;
- Controle de contas a receber e;
- Controle de bens ativos imobilizado.

2.5 ORÇAMENTO

O orçamento representa a expressão quantitativa dos planos de empresa, elaborados para o futuro. Através dos dados contábeis é possível elaborar o orçamento, que vai permitir o planejamento da aplicação dos recursos, facilita a prestação de contas e promover informações valiosas para tomada de decisão (MARION, 2006).

A maioria dos orçamentos preocupa-se em antever as receitas e despesas da entidade, quando escreve-se despesas, leia-se todos os custos e despesas.

Para Zanluca (2013, p. 18), "Qualquer orçamento, salvo os orçamentos iniciais de uma entidade (quando meras projeções de um negócio ou atividade futura) baseia-se em dados históricos, fatos ocorridos no passado que permitem um mínimo de previsibilidade".

Como a contabilidade é o registro histórico das operações econômicas e financeiras, obviamente que é o principal elemento na formação de premissas orçamentárias: Previsão de vendas; Previsão de Compras; Nível de compras; Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas; Custos e Despesas Operacionais; Receitas e Despesas Financeiras e Não Financeiras.

2.6 FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa já era muito utilizado pelas empresas para verificar sua capacidade de pagamentos em determinado período, programação de nova compra ou possibilidade de investimentos, pois trata-se do conjunto de ingressos e desembolsos de numerários em um período projetado (MARION, 2006). Poderosa ferramenta com a Lei n 11.638/07 a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), Passa a enquadrar o rol de demonstrações obrigatórias conforme Art. 176, IV.

O fluxo de caixa é uma ótima ferramenta para auxiliar o administrador nas tomadas de decisões imediatas e futuras, e através deste “mapa” que os custos fixos e variáveis ficam evidentes, permitindo um controle efetivo sobre as questões empresariais, ele também pode integrar o caixa central, as contas correntes em bancos, contas de aplicações, receitas, despesas e as previsões, quanto mais detalhado o fluxo de caixa for, e sua periodicidade diário ajuda ainda mais. (SANTI, 2005).

2.7 ANALISE DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS

As principais demonstrações contábeis têm por finalidade realizar um balanço patrimonial, caracterizando assim os bens e também a posição financeira de uma determinada organização. Para Bruni e Famá, (2006, p. 77), "A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um tipo de demonstração que evidencia os lucros e ou prejuízos em um tempo de exercício pré-determinado, comparando assim despesas, receitas e outras atividades econômico-financeiras do período".

Outro tipo de demonstração contábil é a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) que configura ações de reinvestimento do capital, ou melhor, do lucro líquido a partir da integração com o BP E DRE, esclarece através de relatórios e notas explicativas a situação patrimonial e resultados da empresa. (BRUNI; FAMA, 2006, p. 77).

Compreende-se que as Demonstrações Contábeis são de suma importância para as pessoas que compõe o cenário organizacional, desde o presente até os funcionários, pois possibilita o esclarecimento das ações econômicas e informações patrimoniais da empresa. As Demonstrações Contábeis também interessam ao

público externo, tais como acionistas, clientes, fornecedores e etc., sendo estes usuários das demonstrações.

2.8 PLANEJAMENTO TRIBUTARIO

A base de um adequado planejamento fiscal é a existência de dados regulares e confiáveis, a contabilidade, sendo um sistema de registros permanentes das operações, é um pilar de tal planejamento.

De acordo com Oliveira (2004, p. 56), Por contabilidade, entende-se um conjunto de escrituração das receitas, custos e despesas, bem como de controle patrimonial (ativos e passivos), representado por diversos livros, dentre os quais:

- Livro Diário
- Livro (ou fichas) Razão
- Inventário e Controle de Estoques
- Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)
- Apuração do ICMS
- Apuração do IPI
- Apuração do ISS, etc.

Tal conjunto de informações e sistemas irá gerar os dados preliminares para análise tributária. Obviamente, se desejar reduzir tributos, tem que saber quanto se está gastando com eles na atualidade, parte de um fato real (quanto gastamos) para comparar com estimativas econômicas (quanto pagaremos).

2.9 GESTAO DE ESTOQUES

Gestão de estoque é um conjunto de mecanismos utilizados para gerenciar o estoque.

Conforme comenta Pozo (2002, p. 81):

A gestão de estoque tem além da preocupação com a quantidade a busca constante da redução dos valores monetários de seus estoques, atuando para mantê-los os mais baixos dentro dos níveis de segurança, tanto financeiro, quanto ao volumes para atender à demanda. Mesmo não sendo a função executiva, tal função constitui, sem dúvida, uma das atividades mais importantes de uma empresa de manufatura.

Para que a empresa obtenha sucesso, conforme citação acima será necessário um sistema de estoque eficaz onde deverá ter funcionários competentes que interajam em um ambiente interno (Compras e Almoxarifado) e Externo (Fornecedores). Todos envolvidos no mesmo processo, garantindo assim um ótimo resultado em seu produto final.

Os estoques influenciam no resultado final de uma empresa, por isso o controle de estoque se faz tão necessário dentro de uma organização. Para que a gestão de estoque dentro de uma empresa seja eficaz a classificação e avaliação de seus estoques tem que ser planejada de acordo com as suas necessidades.

2.10 CONTAS A PAGAR E CONTAS A RECEBER

De acordo com Silva (2013, p. 23) Através do controle financeiro do contas a pagar é possível visualizar quais foram os compromissos assumidos pela organização, possibilitando um controle das datas para serem efetuados esses pagamentos.

Basicamente as contas a pagar correspondem às obrigações da empresa com terceiros, sendo através de compra de mercadoria ou prestação de serviços.

Para Silva (2013, p.24) o contas a receber são denominados como créditos representados na maioria das vezes por notas promissórias e estão relacionadas com as receitas da empresa. É preciso uma correta administração de contas a receber para que não gere inadimplência para empresa resultando em problemas em seu fluxo de caixa, muitas vezes fazendo com que a empresa venha a buscar capital de terceiros.

Sendo assim faz-se necessário um sistema de controle que possa reduzir esse risco a mínimo. Esse controle deve ser feito de forma rotineira, conferindo as duplicatas em atraso, analisando a situação de cada cliente.

2.11 CONTROLE DE BENS/ATIVOS IMOBILIZADOS

As sociedades empresariais que contem no seu patrimônio bens imobilizados, necessários para a sua manutenção e funcionamento dos seus setores e departamentos, precisam mensurar o valor real dos investimentos direcionados para os ativos denominados permanentes, compostos de veículos, móveis e utensílios,

maquinismos, computadores, utensílios e ferramentaria, imóveis em geral, e seus respectivos custos de fabricação e apropriação quando construídos de forma própria (CPCON, 2011).

O controle de bens do ativo imobilizado permite identificar os bens, determinar a data e o custo de aquisição, assim como os posteriores acréscimos e baixas parciais a eles referentes. Desse modo facilita o controle e vida útil do bem e o cálculo da depreciação (PASSOS, 2010).

2.12 A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Segundo Silva (2002, p.23) uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento.

Para Oliveira (2005, p.36) a “contabilidade gerencial fornece as informações claras, preciosas e objetivas para a tomada de decisão”.

Desse modo, a contabilidade gerencial surge como uma ferramenta indispensável a qualquer tipo de negócio, um suporte sobre o qual se apoiará o micro e pequeno empresário em suas decisões gerenciais.

As micro e pequenas empresas muitas vezes são desprovidas de apoio contábil em sua administração, já que os contadores, em sua maioria apenas cumprem as obrigações fiscais e assessórias que a legislação impõe, mas pouco ou nada fazem para auxiliar a administração dessas empresas com informações úteis ao seu planejamento.

Conforme destaca Cher (2002, p.36), “a contabilidade tem sido encarada como um instrumento tão somente para se atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não encarada como um instrumento de apoio à administração”.

Os pequenos empresários, freqüentemente, não dão o devido valor à contabilidade como instrumento de apoio, mas devido ao excesso de burocracia e obrigações acessórias que suas empresas têm de cumprir, vêem o contador como a pessoa que cuida de tudo isso, mas não como um suporte a administração.

Segundo Longenecker (1998, p.515)

[...] os administradores precisam ter informações precisas, significativas e oportunas, se quiserem tomar boas decisões. Isso é particularmente verdadeiro quando se refere à necessidade de informações financeiras sobre as operações da empresa. A experiência sugere que a falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre pequenas empresas.

A contabilidade aparece como instrumento principal para fundamentar as decisões do administrador, que através das informações geradas, conseguem tomar decisões com maior segurança. Um dos instrumentos eficazes na administração de recursos é o planejamento financeiro, que segundo Santiago (2006, p. 49) afirma que, “todo planejamento financeiro deve ter por base registros contábeis que se constituem em ferramentas de fundamental importância na medida em que trazem informações gerais para a tomada de decisão”.

Para Cher (2002, p.35), “[...], a contabilidade desenvolve e fornece dados para o setor financeiro da empresa, usando princípios legais e padronizados, prepara principalmente, demonstrações financeiras”.

A Contabilidade sem dúvida, a maior fonte de informações sobre o patrimônio da empresa, permitindo conhecer, com facilidade, todos os fatos que ocasionaram alteração qualitativa ou quantitativa, servindo de bússola na administração dos negócios e contribuindo para o alcance dos objetivos. Somente com sua utilização o empresário terá os parâmetros necessários para sua decisão (SILVA, 2002, p. 85).

O pequeno e o médio empresário, assumindo o papel de administradores financeiros, podem desenvolver análises financeiras para identificar o desempenho de sua empresa em relação ao passado, em relação à concorrência, tomando as decisões adequadas, desde que detenha informações sobre o estado de seu patrimônio, alicerçadas por análises financeiras fornecidas por relatórios contábeis.

Para Cher (2002, p.47), “[...] os insumos básicos para a utilização dos índices são a Demonstração de Resultado e o Balanço Patrimonial, ambos preparados pela contabilidade”.

Para se ter uma idéia da importância da análise a partir dos índices financeiros, basta mencionar a quem tal análise interessa. Primeira e obviamente interessa ao administrador, na medida em que fornece os instrumentos necessários para verificar o funcionamento da empresa, aplicando-se, quando necessário, medidas corretivas para sanar eventuais problemas detectados. Interessa ainda aos credores da empresa, preocupados com a capacidade da mesma em honrar obrigações nas datas de vencimento. Por último, é de interesse de todos aqueles que investem na

empresa, preocupados em identificar o grau de risco desses seus investimentos (CHER, 2002, p. 48).

Através das demonstrações financeiras o administrador poderá tomar decisões baseadas em informações coerentes e seguras, o que aumentará de maneira significativa as possibilidades de sucesso. Além disso, as demonstrações financeiras possibilitam um acompanhamento real da dinâmica do negócio, tornando possível traçar novas metas e diretrizes em tempo hábil e seguro.

Como exemplo de demonstrações contábeis que podem ser aplicados a pequena empresa, pode-se citar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e a Demonstração de Fluxo de Caixa, que embora preparados de maneira simplificada levando em consideração a pequena movimentação financeira da micro e pequena Empresa, podem fornecer informações que serão de grande valia na tomada de decisão.

2.13 BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO

Entre as demonstrações financeiras temos Balanço Patrimonial, que identifica a situação patrimonial da empresa num dado momento.

De acordo com Herique (2011, p. 36) Os lançamentos contábeis são feitos de acordo com o regime de competência, ou seja, pertencem ao exercício em que ocorreu o fato gerador, independente de pagamento ou recebimento.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Ativo: representa os bens e direitos expressos em moeda (como por exemplo: caixa, bancos, imóveis, estoques, valores a receber e outros bens e direitos). Os ativos podem ser entendidos como os recursos de valor sobre os quais a empresa tem direito de uso. Também pode ser definido como sendo um recurso sob controle da empresa, capaz de gerar benefícios futuros (SA, 2013).

As contas do Ativo estão agrupadas de acordo com o Grau de Liquidez.

Grau de Liquidez é o maior ou menor prazo no qual Bens e Direitos podem ser transformados em dinheiro. Por exemplo, os Estoques de Mercadorias serão transformados em dinheiro quando forem vendidos á vista; as Duplicatas a Receber, quando forem recebidas, e assim por diante. A conta Caixa e a conta Bancos Conta Movimento são as que possuem maior grau de liquidez, pois representam disponibilidades imediatas. Por isso são as primeiras contas que aparecem no plano de contas (RIBEIRO, 2002, p.65).

- Passivo: representa as obrigações com terceiros, (tais como: contas a pagar, empréstimos a pagar, impostos a recolher etc.). O passivo são compromissos que ela tem contra seus recursos ou ativos. Segundo SA (2013, p.24) “[...] podemos definir o passivo como o compromisso da organização relativo a eventos já ocorridos e que resultam em consumo de seus ativos”.

As contas do Passivo são agrupadas de acordo com o grau de exigibilidade, ou seja, as contas que encabeçam o plano de contas são as que o prazo de pagamento ocorrerá primeiro.

- Patrimônio Líquido, (diferença entre o ativo e o passivo) representa os compromissos contra os recursos ou ativos da organização. Seu valor representa o montante de recursos que os proprietários colocaram na empresa, bem como a parcela de lucros retidos (SA, 2013).

É importante lembrar que o ativo será sempre igual ao somatório do passivo e do patrimônio líquido. Se os recursos aumentam (ativo), esse aumento corresponde a aumento de obrigações (passivo) ou de investimentos feitos pelos proprietários na empresa (patrimônio líquido). O mesmo acontece quando os recursos diminuem, significa que as obrigações com terceiros foram liquidadas ou o patrimônio líquido é reduzido (SA, 2013).

As origens de recursos ocorrem no passivo quando originarem de terceiros, o que significa que a empresa está usando o capital de terceiros para financiar o ativo, seja através de empréstimos ou obrigações assumidas para manter o ciclo financeiro da empresa. Essa situação deve ser analisada com cuidado, já que existe um nível razoável de capital de terceiros que a empresa deve utilizar para manter-se, é importante lembrar que este nível é variável para cada tipo de empresa. As origens de recursos ocorrem no patrimônio líquido quando provem de recursos próprios aplicados na empresa.

A soma dos recursos originados de terceiros e os de recursos próprios estão aplicados no ativo da empresa, seja através de dinheiro em caixa, aplicações em bancos, estoques disponíveis para a venda, investimentos de curto e longo prazo ou de imobilizações realizadas.

A administração financeira, baseando-se nas informações elaboradas e fornecidas pela contabilidade, toma decisões quanto a investimentos, financiamentos, pagamento das obrigações, momento de substituição de ativos obsoletos, nível ideal de estoques, entre outras tantas decisões. O administrador

financeiro está preocupado em manter a solvência e maximizar a riqueza produzida pela empresa, pois isso significa sobrevivência, nesse mundo competitivo que as empresas se encontram (CHER, 2002).

Nas pequenas empresas tornam-se necessário adaptar as contas de acordo com a necessidade de cada empresa.

O quadro 3 mostra um modelo simplificado de Balanço Patrimonial que pode ser usado por uma pequena empresa:

Quadro 3 – O Balanço Patrimonial

BALANCO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE	5.598.538	PASSIVO NAO CIRC	2.668.007
Disponível	988.296	Fornecedores	1.861.714
Contas a Receber	968.388	Empréstimos	456.000
Estoques	3.506.562	Impostos e Tributos	85.043
Adiantamento	135.292	Salários e Encargos	265.250
Ativo Não Circulante	1.149.966	Passivo Não Circulante	160.564
Realizável de Longo Prazo	86.838	Financiamentos	160.564
Investimentos	54.390	Patrimônio Liquido	3.919.933
Imobilizado	875.467	Capital Social	3.200.000
Intangíveis	133.271	Reserva de Lucros	719.933
Total Ativo	6.748.504	Total Passivo	6.748.504

Fonte: Sá (2013, p. 23)

Segundo Groppelli (2002, p.349) “Os valores que aparecem no balanço patrimonial da empresa representam o valor histórico do total dos ativos disponíveis para gerar vendas e lucros”. As contas que compõem o balanço patrimonial representam o total de recursos que a empresa possui, e que através desses recursos serão gerados os demais resultados que farão a empresa funcionar, ou seja, para que a empresa seja dinâmica e mantenha sua continuidade, ela deve trabalhar esses recursos.

2.14 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SIMPLIFICADO

Ao trabalhar seus recursos produtivos a empresa gera novos resultados, e neste período seu ciclo se renova. Nesse aspecto a empresa apresenta-se como

uma organização mutável, em constante movimento, criando e produzindo riquezas a todo instante. Torna-se necessário que estes valores que surgem a todo instante sejam apresentados de uma forma organizada, desse modo, surge então, a Demonstração de Resultado.

Para Assef (1999, p.93), “a Demonstração de Resultado do Exercício, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa, durante determinado período de tempo, no qual sobressai o resultado líquido do exercício, lucro ou Prejuízo”.

A Demonstração do Resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado em determinado período de operações da Entidade (SILVA, 2002).

O valor do Lucro ou Prejuízo do exercício constitui toda a essência do Demonstrativo de Resultados, pois significa o retorno dos investidores, a compensação pelos riscos em participar de um negócio, ou seja, se apresentar lucro, este representará a remuneração pelo risco, entretanto se apresentar prejuízo, este será bancado pelas pessoas dispostas ao risco. (SA, 2013).

O quadro 4 mostra um exemplo simplificado de Demonstração de Resultado:

Quadro 4 – O plano de contas da DRE

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (DRE)	
Receita Bruta	13.150.500
Dedução de Vendas	(3.115.352)
Receita Líquida	10.035.148
Custo de Vendas	(8.563.393)
Lucro Bruto	1.471.755
Despesas Operacionais	(650.801)
Lucro Operacional	820.954
Resultado Extraordinário	47.802
Lucro Antes do IR e da CSLL	868.756
IR e CSLL	(262.811)
Lucro Líquido	605.945

FONTE: Sá (2013, p. 39).

A Demonstração do Resultado assim como as demais demonstrações contábeis são elaboradas observado o princípio de competência, que vem a ser o

reconhecimento das despesas, custos e receitas no momento que aconteceram independente do seu pagamento ou recebimento (SILVA, 2002).

A Demonstração de Resultado evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas (SILVA, 2002).

De acordo com essa definição o resultado final significa o confronto das receitas com as despesas no momento em que ocorreram. Os exemplos de Demonstrações Financeiras apresentados possuem contas simplificadas que podem ser adaptadas no caso da pequena empresa de comércio varejista.

Segundo Groppelli (2002, p.352) “Um importante uso dos demonstrativos financeiros é na determinação da eficiência da empresa no controle dos seus custos e na geração de seus lucros”.

Através das demonstrações contábeis e financeiras podemos elaborar várias análises, dentre elas a análise por índices ou indicadores financeiros.

2.15 EMPRESA ALPHA

A empresa analisada, por questões de privacidade dos seus responsáveis, não terá o seu nome revelado neste trabalho, portanto, sera identificada nos comentários a seguir por "ALPHA".

A ALPHA é uma empresa do varejo especializada na venda de materiais no âmbito da construção civil. Localizada na cidade de Angicos, município do interior do estado do Rio Grande do Norte, foi inaugurada há mais de 40 anos, possui localização privilegiada na cidade, bom atendimento e preço diferenciado e ainda é referencia para população na hora de construir ou reformar.

Contudo, apesar de ter sido a primeira empresa a atuar nesse ramo em Angicos, a ALPHA perdeu, nos últimos anos, uma parcela significativa da demanda do mercado. A concorrência, por possuir uma infraestrutura maior e uma melhor aparência física, acabou atraindo pra ela os clientes e, consequentemente, provocando uma queda acentuada no faturamento de ALPHA.

A referida empresa é basicamente familiar e, como a maioria desse tipo de organização, tem seu quadro de funcionários reduzido e sem a qualificação técnica necessária. No total são quatro funcionários na empresa. A sua administração geral está dividida entre dois funcionários, que também são os proprietários do

empreendimento, além de exercer papéis de vendedores, cobradores, zeladores, entre outras; o que acaba sendo considerado normal para uma empresa do porte dela. Outros dois funcionários dividem a responsabilidade pelo setor de cobrança e ajudam na limpeza do estabelecimento. A mesma é enquadrada como microempresa.

Foi possível observar que a ALPHA apresentou, desde o início de suas atividades, um modelo de gestão, considerado hoje, ultrapassado. Não havia nenhum tipo de controle financeiro, administrativo ou logístico.

A empresa foi líder do mercado até o surgimento de novas empresas desse segmento na cidade de Angicos que, com o mínimo de inovações no modelo de gestão, já conseguiram tomar essa liderança e impor a ALPHA um lugar apenas intermediário no mercado do setor de construções da cidade.

Observando sua gestão foi detectado um grande problema que pode ser apontado como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico da empresa: a insuficiência do gerenciamento do seu banco de dados, que de acordo com a literatura especializada, é fundamental para o desenvolvimento administrativo de qualquer organização. Não havia nenhuma espécie de controle até o início do ano de 2010, quando começou a ser implantado, ainda que timidamente, um sistema informatizado de gerenciamento das informações da empresa. Esse abastecimento de informações no programa está sendo realizado gradativamente e enfrenta o problema da insuficiência de pessoal capacitado no seu quadro de funcionários para tal procedimento.

Também foi possível observar a falta de compromisso com uma das áreas, consideradas hoje, como uma das mais importantes no meio administrativo: a logística. Não há nenhum controle da quantidade de produtos disponíveis no estoque, o que acarreta em aumento dos custos, tendo em vista que o capital investido está parado e sem gerar o retorno financeiro esperado. Além disso, há um incremento enorme nas despesas com armazenamento e manutenção da qualidade desses produtos. Esse problema acaba afetando também as finanças da empresa, haja vista que sem saber se tem o produto no estoque, a administração acaba solicitando dos fornecedores mais produtos, e acaba extrapolando a sua capacidade de endividamento, tornando o caixa da empresa deficitário. Com isso, se faz necessário a solicitação de empréstimos e financiamentos junto aos bancos para cobrir esse déficit, gerando assim outro incremento nas despesas, o pagamento de

juros.

Observou-se também que o suporte contábil da ALPHA é feito por um escritório de contabilidade situado na cidade, atendida por um profissional especializado, porém com a atuação somente e exclusivamente para cumprimento de algumas obrigações fiscais e legais.

Diante deste cenário, propõe-se algumas sugestões na qual influenciarão positivamente em melhoria dos processos e gerenciamento adequado: a continuidade da implantação de um sistema informatizado, que proporcionará agilidade e controle nas informações que nela constam; capacitação dos membros da família e colaboradores formais, ampliando o campo de conhecimento, estimulando novas idéias e melhor entendimento das mudanças implantadas e planejadas e; por fim, firmar uma parceria mais atuante do escritório contábil contratado, explorando mais em algumas ferramentas contábeis adequadas para a empresa e assim tomar as melhores decisões com os resultados e índices encontrados.

3 METODOLOGIA

Quanto ao tipo de pesquisa, esta pesquisa se classifica como sendo como pura, de natureza exploratória, pois busca conceitos e fundamentos que justifiquem o estudo, prevendo uma melhor desenvoltura do tema e dos objetivos propostos, fazendo o uso teórico de referências que abordam o assunto, através da análise de livros e artigos científicos, que possam enriquecer o conteúdo. Segundo Silva (2003) esse tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito.

A Pesquisa bibliográfica/dados secundários serão fundamentados nos conhecimentos de documentação e bibliografia; com o intuito de colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa.

Já no que diz respeito à forma de abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa. É devido pelo fato da análise dos resultados serem qualificados de acordo com o que é abordado pela literatura. Segundo Gil (2002), as pesquisas qualitativas respondem a questões muito particulares, pois se preocupam com a realidade que não pode ser quantificada.

4 CONCLUSÃO

Apresentou-se a classificação das micro e pequenas empresas de acordo com dados do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, e de acordo com a Lei do SIMPLES.

A Lei do SIMPLES embora tenha trazido uma forma simplificada de apuração dos impostos, também trouxe as indefinições sobre ter ou não uma contabilidade estruturada, desta forma, muitos pequenos empresários deixaram de usar a contabilidade como ferramenta no dia-a-dia das empresas e passaram a vê-la apenas como “um mal necessário”, ou seja, apenas uma ferramenta na apuração de impostos.

Foram mostradas ferramentas simplificadas da contabilidade gerencial que aplicadas as micro e pequenas empresas serão de grande utilidade na tomada de decisão, gerenciamento e planejamento dessas empresas: Balanço Patrimonial Simplificado que possibilitará uma visão da empresa em seus diferentes aspectos, Demonstração de Resultados Simplificados onde através deste o gestor poderá acompanhar a geração de resultados na empresa, Demonstração de Fluxo de Caixa Simplificado, através desta demonstração o pequeno empresário poderá manter um maior controle de suas entradas e saídas de recursos financeiros, o que será de grande valia para projeções futuras e para a própria gestão financeira no curto prazo.

Quanto a empresa analisada, identificada por ALPHA, observou-se que a mesma se encontra em um processo de reestruturação muito lento, devido ao modelo de gestão, mantido ainda por uma cultura e tradição dos seus primeiros fundadores de 40 anos atrás. Porem, adeptos a inovação existe um plano de ação que serão colocados em prática de acordo com os prazos planejados. Para agregar a essas mudanças, foram sugeridas como essenciais a implantação de um sistema informatizado contendo dados atualizados periodicamente, capacitação constante dos responsáveis e envolvidos ao trabalho, como também, explorar o suporte contábil como ferramenta de enorme utilidade no processo de gerenciamento e tomada de decisão.

O trabalho ainda mostrou com os exemplos de controle gerencial citados, que a contabilidade gerencial é de vital importância para qualquer empresa, em especial a micro e pequenas empresas do setor de comércio varejista, que foi o foco da

pesquisa. O planejamento financeiro em seus diversos ângulos de estudo será melhor elaborado se a empresa mantiver um sistema de contabilidade integrado, que possibilite a qualquer tempo extrair de dados contábeis as informações de grande utilidade, que será a base de uma administração segura e bem sucedida.

Com a intensa concorrência e com o mercado em constante mutação, o empresário não pode mais tomar suas decisões baseadas na experiência que julga ter. É necessário adequar-se as novas tecnologias, as novas mudanças impostas pela sociedade a fim de acompanhar as necessidades colocadas a cada dia.

A contabilidade, em especial a contabilidade gerencial, está mais presente do que nunca nas decisões e no cotidiano das empresas.

O pequeno empresário deve negociar com seu contador maior participação no que diz respeito a assessoria e ao apoio na administração de sua empresa. O contador, por sua vez deve abandonar a figura de mero cumpridor das obrigações fiscais e como um mal necessário às organizações empresariais e ser um agente de transformação, um assessor nas decisões tomadas, alguém que extraia dos números as informações necessárias para as decisões, um suporte a administração segura.

Os novos tempos exigem que o contador se adeque às mudanças ou ficará defasado e correrá o risco de ficar fora do mercado. Com as simplificações nos sistemas de apuração dos impostos e do cumprimento das obrigações acessórias o contador passa a ter uma posição mais ativa nas organizações, o que significa maior tempo para assessoria e menor para as atividades rotineiras.

REFERÊNCIAS

ASSEF, Roberto. **Guia prático de administração financeira:** pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **A Contabilidade empresária:** desvendando as finanças. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CHER, Rogerio. **A gerencia das pequenas e medias empresas:** o que fazer para administra-las. 2. ed. São Paulo: Maltese, 2002.

CPCON Equipe. **Impairment, depreciação e gestão patrimonial.** São Paulo, 1 mar. 2013. Disponível em:
<<http://www.cpccon.eng.br/gestaopatrimonial/depreciacao/impairment-depreciacao-gestao-patrimonial>> Acesso em: 11 jul. 2015.

CRESPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade básica.** 2. ed. São Paulo: Harbra, 1993.

GROPPELLI, Nikbakht Ehsan. **Administração financeira.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HENRIQUE, Marco Antonio. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa.** São Paulo, 2008, Monografia de Pos Graduação, Universidade de Taubaté (UNITAU), Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, 2008.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. Willian. **Administracao de pequenas empresas.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1998.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

O GLOBO. ECONOMIA. 2014. **Numero de micro e pequenas empresas mais que dobrou em sete anos, mostra o novo empresometro: Segundo estudo encomendado pela CNC, 45,6% do total do setor do comercio.** Disponível em: <<http://m.oglobo.globo.com/economia/numero-de-micro-pequenas-empresas-mais-que-dobrou-em-sete-anos-mostra-novo-empresometro-14592574>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

OLIVEIRA, Luis Martins de. et al. **Manual de contabilidade tributária.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA. Marilisa Montoani de. **Contabilidade gerencial:** a aplicação na gestão de microempresas e empresas de pequeno porte. São Paulo, 2005. Monografia de Graduação. Universidade de Taubaté (UNITAU). Departamento de Contabilidade, 2005.

PASSOS, Quismara Correia. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas.** Rio Grande do Sul, 2010. Monografia de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de Ciências Contábeis, 2010.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma abordagem logística.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica fácil.** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÁ, Carlos Alexandre Silva, **Contabilidade para não contadores:** princípios da contabilidade para profissionais em mercados competitivos. 6. ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2013.

SANTANA, Nonato Luis Oliveira. **O uso da conta como instrumento de apoio à tomada de decisão:** um estudo de caso no grupo centro Picos, Piauí, 2011. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Piauí (UFPI), Coordenação de Administração, 2011.

SANTI, Armando. **Análise do demonstrativo do fluxo de caixa.** São Paulo; SANTI, 2005.

SANTIAGO, Marlene Ferreira. **O efeito da tributação no planejamento financeiro das empresas prestadoras de serviços:** um estudo de caso de desenvolvimento regional. São Paulo, 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté (UNITAU). Departamento de Contabilidade, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). 2010. **Informações gerais sobre a realidade dos pequenos negócios.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/exibeBia?id=3292>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Daniel Salgueiro. **Manual de Procedimentos Contabeis para Micro e Pequenas Empresas.** 5. ed. Brasília: Sebrae, 2002.

SILVA, Karin Fabiane Martinazzo, **Analise de Controle Interno:** estudo de caso no contas a pagar e receber das empresas Visaluz e Escola Shekinah, Parana, 2013. Monografia de Pos Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Parana – (UTFPR), Diretoria de Pesquisa e Pos Gradação, 2013.

ZANLUCA, Julio Cesar. **Contabilidade gerencial.** 2. ed. São Paulo: Portal Tributário, 2013.